

Concepções de linguagem: gramática de língua portuguesa e ensino de língua materna

Concepções de linguagem: gramática de língua portuguesa e ensino de língua materna

Letícia Aparecida de Araújo Gonçalves^{*}
Joyce Elaine de Almeida Baronas^{**}

RESUMO: A língua é heterogênea, variável, sócio-historicamente constituída, entretanto, nem sempre essa visão prevalece na prática diária nas salas de aula. Muitos professores seguem aquilo que é prescrito pela gramática normativa, desconsiderando a mutabilidade da língua, apresentando o “certo” em oposição ao “errado” em língua materna. Neste trabalho, que é um recorte da dissertação de mestrado em andamento, fundamentamos nossas discussões nos pressupostos da sociolinguística e da linguística histórica, com o objetivo de investigarmos as concepções de linguagem que permeavam o ensino no início do século XIX a partir da análise da *Gramática normativa da língua portuguesa* de Rocha Lima. Para isso, contextualizamos a situação da língua portuguesa no Brasil e seu ensino desde colonização, o papel dos padres jesuítas para a consolidação do ensino em terras brasileiras. Comentamos brevemente as concepções de linguagem baseadas nos trabalhos desenvolvidos por Geraldi (1984), Perfeito (2004; 2005; 2007), Travaglia (2009). Para as discussões sobre a heterogeneidade linguística brasileira e as implicações para o ensino de língua materna, consideramos os estudos de Castilho (1998, 2002, 2010), Camacho (1988), Ilari e Basso (2011), Mattos e Silva (2004). Verificamos com a análise do *corpus* que, apesar de apresentar na introdução menções ao caráter heterogêneo e variável da língua, o autor mantém-se preso ao prescritivismo, considerando, segundo a concepção de linguagem como expressão do pensamento, as regras de bom uso da língua aquelas presentes nas obras literárias de autores clássicos.

Palavras-chave: Gramática. Concepções de linguagem. Ensino.

ABSTRACT: The language is heterogeneous, variable, socio-historically constituted, however, not always this view prevails in daily practice in the classrooms. Many

* Pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina. Email: leticiaraujo.le@gmail.com

** Atua na área de Linguagem e Educação na linha Ensino/Aprendizagem de Língua Portuguesa, ministra a disciplina Variação e Ensino, no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Londrina. Email: joyal@uel.br

teachers follow what is prescribed by the grammar rules, disregarding the mutability of language, presenting the "right" as opposed to "wrong" in their mother tongue. In this paper, we base our discussion on the assumptions of historical linguistics and sociolinguistics, with the objective of investigate the conceptions of language that permeated the school at the beginning of the XIX century from the analysis of grammar rules of Portuguese Rocha Lima. For this, we contextualize the situation of the Portuguese language in Brazil and its teaching since colonization, the role of the Jesuits to the consolidation of education in Brazilian lands. We comment briefly the concepts of language based on the work developed by Geraldi (1984), Perfect (2004, 2005, 2007), Travaglia (2009). For discussions about the Brazilian linguistic heterogeneity and implications for teaching language, consider the studies Castilho (1998, 2002, 2010), Camacho (1988), Ilari and Basso (2011), Mattos e Silva (2004). We observed with the corpus analysis that despite the introduction presents indications mentions the heterogeneous and variable language, the author remains stuck to prescriptivism, whereas, according to the conception of language as an expression of thought, the rules of good use of language those present in the literary works of classical authors.

KEYWORDS: Grammar. Conceptions of language. Education.

Introdução

Reconstruir o caminho da língua portuguesa desde a sua origem até os dias de hoje, nas mais diferentes regiões e países onde é idioma oficial, tem sido um desafio abraçado por muitos estudiosos dos fenômenos da linguagem, com o propósito de reunir as esparsas informações deixadas pelos povos de língua portuguesa e, assim, compreender como o Português Brasileiro (PB) tornou-se o que hoje conhecemos.

Para compreender esse processo, consideramos importante pensar no papel que o ensino desempenhou na constituição e na transmissão dessa língua para as gerações seguintes, o valor atribuído à língua portuguesa, além do modo como, nos materiais dedicados ao ensino, eram colocados os conceitos, concepções do que é saber língua.

Estudiosos demonstram que, no período medieval, quando houve as primeiras tentativas de escolarização no mundo português, o modelo latino foi adotado para a elaboração dos materiais, concebendo a língua como fonte de manutenção da cultura de um povo, poder e *status*.

Segundo Silva Neto (1977), a língua portuguesa, embora fosse falada por um menor número de pessoas, impôs-se a todos os habitantes do território brasileiro, vencendo a língua geral, pois se o “idioma é repositório da cultura” (SILVA NETO, 1977, p. 60), não seria lógica a possibilidade de os portugueses abrirem mão de sua língua em favor da língua dos colonizados.

Casagrande (2005) afirma que os portugueses, preocupados com a transmissão da língua para os povos colonizados, enviaram para o Brasil os padres jesuítas, que foram incumbidos da missão de transmitir aos gentios os preceitos da fé cristã, segundo as exigências da Igreja e interesse da Coroa portuguesa.

Como material para a transmissão da língua, os jesuítas procuraram seguir os modelos dos materiais usados em escolas da Corte. De acordo com Casagrande (2005), em 1553, no colégio jesuíta da Bahia, as primeiras aulas de latim ministradas pelo padre Antonio Blasques, têm o livro de gramática latina do padre Manuel Álvares como principal instrumento para o aprendizado da língua.

Embora os frequentadores dessas escolas fossem diferentes e os objetivos fossem diversos daqueles preconizados pelos colégios portugueses, os padres jesuítas adaptaram os modelos educacionais europeus, principalmente o modelo francês, com o qual haviam sido instruídos, na tentativa de melhor inculcar nos índios os preceitos religiosos e a cultura lusitana.

Nesse contexto de aprendizagem da língua portuguesa pelos indígenas e da língua indígenas pelos portugueses, em 1595, Pe. José de Anchieta publica a *Arte da Grammatica da lingoagem mais falada na costa do Brasil*, que, de acordo com Mattos e Silva (2004), serviu de base para a catequização e para aprendizagem da língua pelos primeiros colonizadores letrados.

O primeiro passo foi dado, mas muito ainda estava por acontecer, muitas foram as políticas linguísticas intervencionistas que influenciaram a formação das instituições escolares no Brasil, e, em particular, como o ensino de língua portuguesa foi realizado em terras brasileiras.

Assim, pretendemos, com este trabalho, verificar como os fatos sócio-históricos, em especial os ligados à formação do pensamento linguístico, influenciaram a elaboração dos compêndios gramaticais utilizados nas escolas brasileiras a partir do século XIX, ao analisarmos que concepção de linguagem prevalece. E desse modo, contribuirmos para a compreensão do papel das gramáticas para a consolidação do ensino de língua materna fundamentado na dicotomia “certo” e “errado”, além da constituição do quadro de ensino de língua materna no Brasil.

Dessa forma, para atingir os objetivos propostos para o presente trabalho, o *corpus* deste estudo é composto pela *Gramática normativa da língua portuguesa* (1974), Rocha Lima, visto que a consideramos representativa para o ensino de língua materna a partir da segunda metade do século XX. Desse compêndio, serão analisadas as partes introdutórias e alguns capítulos, que consideramos relevantes para observar qual concepção de linguagem orientou a elaboração do material.

Língua portuguesa e ensino no Brasil

Não há como falar em história do ensino no Brasil sem nos referirmos aos primeiros professores em nossas terras, os padres jesuítas, que, em 1549, chegam às terras brasileiras juntamente com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, imbuídos da missão de salvar as almas pela catequização, transmitindo a eles os valores da cultura lusitana e os preceitos do cristianismo.

Para obter sucesso em tamanho empreendimento, foi necessário aos primeiros colonizadores aprender a língua falada pelos índios que habitavam a costa brasileira, pois, de acordo com Silva Neto (1974):

Os índios levavam, de início, duas vantagens substanciais: eram superiores em número e seu modo de vida estava ajustado ao *habitat*. Por esses motivos puderam passar aos conquistadores – apesar de mais bem dotados pela situação e pela civilização – muitos traços de sua cultura.

Assim é que os primeiros desbravadores se viram na contingência de adaptar-se à vida indígena. (SILVA NETO, 1977, p. 30)

Essa adaptação, segundo Mattos e Silva (2004), favoreceu o aprendizado da língua indígena comum a diversas tribos, a de tronco tupi, e por consequência a sua gramatização pelo Pe. José de Anchieta, na *Arte de grammatica da lingoa mais falada na costa do Brasil*, em 1595.

Vale ressaltar ainda que, após os primeiros anos de colonização, aos padres fora dada a missão de ensinar os preceitos da gramática latina apenas aos mais bem dotados de inteligência e que pudessem servir aos interesses do colonizador, visto que, segundo Casagrande (2005):

(...) em meio à evangelização e aos ensinamentos da doutrina cristã os padres jesuítas tinham o hábito de selecionar os “melhores” alunos a fim de ensinar-lhes o latim, a língua de grande prestígio na comunidade européia, principalmente pelo fato de ser a língua falada pelas classes mais abastadas, quais sejam: a nobreza e o clero. (CASAGRANDE, 2005, p. 91)

A autora coloca ainda que tal iniciativa tinha como um dos principais objetivos formar futuros integrantes da ordem.

Já em 1999, Menezes, ao investigar as origens da organização escolar no Brasil, afirma que ao escolhe os mais “dotados de inteligência” e lhes ensinar latim, esses poderiam ser enviados a Portugal para que “aprendessem letras e virtudes e voltassem como homens de confiança” (MENEZES, 1999, p. 27), uma vez que Pe. Manoel da Nóbrega pretendia fortalecer a ordem dos jesuítas no Brasil.

Porém, o projeto de fortalecimento da ordem foi abortado em 1759, com a expulsão dos padres jesuítas das terras brasileiras e das demais colônias portuguesas, pelo, então, primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, visando fortalecer o poder político de Portugal.

Com a expulsão dos padres jesuítas, responsáveis pelo ensino durante, pelo menos, duzentos anos, a reforma educacional não teve o sucesso

almejado, pois não havia leigos suficientes para dar continuidade ao modelo desenvolvido pelos jesuítas, resultando um período de decadência da educação, aumentando consideravelmente o número de analfabetos, e favorecendo a vitória da língua portuguesa sobre as demais, visto que Pombal torna obrigatório o ensino em idioma nacional, ou seja, em língua portuguesa, proibindo qualquer outra língua dentro das instituições educacionais.

Concepções de linguagem e ensino de língua materna

Pensar em ensino de língua portuguesa é pensar em quais são as concepções que orientam o trabalho docente no dia a dia das escolas brasileiras. Entretanto, é preciso refletir sobre a história das influências que o ensino recebeu em cada período, até resultarem no ensino que hoje conhecemos.

Por essa razão, consideramos importante trazer para a nossa discussão o posicionamento de alguns autores sobre as concepções de linguagem que orientaram e ainda orientam a prática pedagógica de nossos professores, bem como a elaboração dos materiais dedicados ao ensino usados atualmente.

Segundo Geraldi (1984), são três as concepções de linguagem[†]:

- a) linguagem como expressão do pensamento (desde a tradição gramatical grega até, aproximadamente, meados do século XX, quando começam a figurar os preceitos estruturalistas propostos por Saussure (1916));
- b) linguagem como instrumento de comunicação (a partir de Saussure (1916) até 1960, quando os estudos relacionados à reflexão sobre a relação língua e sociedade se fortalecem);

[†] Para os objetivos propostos neste trabalho, propomos delimitação temporal das concepções de linguagem, para tanto, baseamo-nos nas datas em que os principais estudos linguísticos passaram a ser divulgados nos meios acadêmicos.

c) linguagem como processo de interação (década de 1960 até os dias de hoje).

Na primeira concepção, linguagem como expressão do pensamento, a língua é vista como uma instituição individual, monológica, sendo apenas a exteriorização do pensamento, traduzido por meio das palavras. Considera-se a língua a partir dos pressupostos da lógica, que ainda na antiguidade, guiavam os preceitos das primeiras gramáticas gregas. Assim, a língua deveria ser estudada/aprendida partido da análise das partes para a compreensão do todo. Sob essa perspectiva o indivíduo que não sabe se expressa, não pensa.

Perfeito (2005) afirma que a sustentação dessa concepção se faz desde a tradição gramatical grega, passando pelo período latino, até o suposto rompimento com a publicação dos estudos desenvolvidos por Saussure (1916), quando se concebe a língua como de natureza racional, e o pensamento atuando segundo regras universais de classificação, divisão e segmentação.

Além disso, para essa concepção, há a distinção entre “certo” e “errado”, pois aquilo que não está segundo as regras da gramática está errado, impondo assim, uma única variedade como aceita para expressar-se na sociedade e dessa forma ser respeitado e aceito.

O ensino de gramática nessa concepção preconiza a exposição de regras do bem falar e escrever, herdadas da tradição greco-latina, seguindo uma lógica organizacional imposta a todos que desejam expressar-se com clareza. A língua é tida, pois, como homogênea, estática e invariável. Para tanto, são escolhidos textos modelos de bom uso com o intuito de atingir os objetivos propostos, dentre esses, a transmissão de uma visão purista de língua, opondo “certo” e “errado”, excluindo de seu escopo todas as demais variedades existentes na sociedade.

Na segunda concepção, linguagem como instrumento de comunicação, a língua é vista fora de seu contexto de utilização, fundamentando-se nos pressupostos do estruturalismo. Nesta concepção a língua é um sistema de códigos que deve ser aprendido por seus falantes para que possam se

comunicar. Segundo Perfeito (2005), o aprendizado é necessário para que a mensagem seja transmitida de um emissor a um receptor.

Travaglia (2009) expõe que:

Nessa concepção a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Esse código deve, portanto, ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada. Como o uso do código que é a língua é um ato social, envolvendo consequentemente pelo menos duas pessoas, é necessário que o código seja utilizado de maneira semelhante, preestabelecida, convencionada para que a comunicação aconteça. (TRAVAGLIA, 2009, p. 22)

Essa forma de ver a língua está intrinsecamente relacionada às novas ideias propostas por Saussure (1916), quando estabelece a dicotomia *langue* x *parole*, elegendo como objeto de estudo da linguística a *langue*, pois, conforme aponta Perfeito (2005), a *langue* é constituída por subsistemas, que isolados da realidade leva a desconsiderar o contexto de uso da língua, visto que o estudo baseia-se na análise das relações estabelecidas entre as partes que constituem a estrutura da língua.

Quanto aos estudos gramaticais, Perfeito; Cecilio e Costa-Hübes (2007) afirmam que ainda havia estrito vínculo com os preceitos da gramática tradicional, uma vez que a fixação de conceitos era feita "por intermédio de exercícios estruturais morfossintáticos, na busca da internalização inconsciente de hábitos linguísticos, próprios da norma *culta*." (PERFEITO; CECILIO e COSTA-HÜBES, 2007, p. 138).

Ainda segundo as autoras, essa concepção foi enfatizada com a promulgação da LDB 5692/71, que tinha em seus pressupostos a formação de mão de obra para atender a demanda do mercado de trabalho que se desenvolvia rapidamente no país. Como reflexo dos pressupostos que tinham a linguagem como instrumento de comunicação, a disciplina que ensina língua portuguesa passa a ser denominada *Comunicação e Expressão*.

Essa concepção, por ter a língua como um código a ser transmitido por um emissor a um receptor, que decodifica a mensagem, tem uma função informativa. Segundo Perfeito (2005), Jakobson (1974) considera, então, a língua como constituída por três funções básicas: “de acordo com a incidência no *emissor* (função expressiva/emotiva); no *receptor* (função apelativa/conativa) ou no *referente/contexto* (função referencial/informativa).”; são, dessa forma, constituintes do ato de comunicação a mensagem, o canal e o código.

A terceira e última concepção apresentada por Geraldi (1984), linguagem como processo de interação, considera a língua como forma de interação do indivíduo falante com contexto comunicativo em que está inserido. Dessa forma, nessa concepção, segundo Travaglia (2009):

A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma das situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais. (TRAVAGLIA, 2009, p. 23)

Assim, temos uma concepção de linguagem que enfatiza a importância da interação para a significação do mundo, pois a linguagem é social, histórica e coletiva, o indivíduo significa o mundo a partir da relação com o outro, da interação entre os falantes.

De acordo com Bakhtin (2006), a atividade mental é organizada pela expressão, diferentemente do que propõe a concepção de linguagem como expressão, na qual a atividade mental organiza a expressão, forma de exteriorização do pensamento. Portanto, para o autor:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo

fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*.

A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2006, p. 125)

Tal concepção é a base para o que propõem os PCN (1998), os quais preconizam um ensino de língua em que a linguagem seja vista como heterogênea, dinâmica e sócio-historicamente constituída, determinada pelas situações de interação exigidas em cada época, valorizando assim a diversidade linguística constitutiva de uma língua natural. Assim, segundo o documento:

Linguagem aqui se entende, no fundamental, como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história. Os homens e as mulheres interagem pela linguagem tanto numa conversa informal, entre amigos, ou na redação de uma carta pessoal, quanto na produção de uma crônica, uma novela, um poema, um relatório profissional. (BRASIL, 1998, p. 20)

Para a investigação aqui proposta, damos maior ênfase na primeira e na terceira concepções de linguagem, visto que, as gramáticas são heranças da tradição greco-latina, como demonstrado por estudiosos como Mattos e Silva (1993), Buescu (1984) e Fávero (1996). Por esse motivo, consideramos que há uma tendência da gramática analisada apresentar características da manutenção de um ideal de língua, preconizando o ensino a partir do estudo da língua desvinculada do seu contexto sócio-histórico e de interação entre os falantes. Além disso, a terceira concepção vem contribuir para que reflitamos sobre os objetivos atuais do ensino de língua portuguesa valorizando a diversidade linguística, visando ao domínio da norma culta, tornando o falante bilíngue em seu próprio idioma.

Sociolinguística

Atualmente, os estudos desenvolvidos pelos sociolinguistas têm influenciado fortemente o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras.

Foi a partir de 1960, quando estudos de diversos linguistas começam a ser divulgados, que os fenômenos linguísticos passam a ser observados considerando não só as relações internas das estruturas linguísticas, mas também fatores externos que pudessem influenciar tais mudanças.

Esses estudos passam, portanto, a interpretar os fenômenos linguísticos considerando o contexto sócio-histórico da ação comunicativa entre os falantes das comunidades analisadas. Com base nessas considerações, são pertinentes para esta pesquisa os trabalhos de Hymes (1962) e Labov (1963). O primeiro por propor a análise da língua no contexto de produção, observando, o comportamento linguístico dos falantes dentro das diversas redes de interação, e as regras sociais a que se submetem os falantes, essa forma de análise da língua é denominada, atualmente, Etnografia da Comunicação. O segundo por propor a investigação dos fenômenos linguísticos considerando fatores extralinguísticos como idade, sexo, grau de escolaridade, origem do falante, como dados relevantes para a compreensão dos fenômenos observados.

É, portanto, a partir dos estudos apresentados no Congresso Internacional na Universidade de Los Angeles (UCLA), que os estudos sociolinguísticos ganham força, e torna-se objeto de estudo dessa nova área de estudos linguísticos a heterogeneidade linguística, constitutiva das línguas naturais. Dessa forma, segundo Salomão (2011):

a análise sociolinguística enfoca fundamentalmente o processo de interação fala/sociedade, justificando-se pela necessidade de compreender os fatores que possam influenciar a operação de uma ou de outra variante, na busca de estabelecer uma sistematização ao processo de variação linguística. (SALOMÃO, 2011, p. 191)

Assim, ganham destaques os estudos linguísticos que propõem analisar a língua no contexto de interação, observando não só as diferenças estruturais,

mas também os fatores extralinguísticos que contribuem para as diferentes realizações de uma mesma língua em contextos sócio-históricos diversos.

Variação linguística: tipos de variação

A variação é inerente à língua, que é histórica e socialmente constituída. Por essa razão, faz-se importante expor os tipos de variação que devem ser observados quando estudamos os fenômenos da linguagem. De acordo com Castilho (2010), são cinco os tipos de variação, eixos que organizam a heterogeneidade/diversidade do português brasileiro: variação geográfica, variação sociocultural, variação individual, variação de canal e variação temática.

Na variação sociocultural, deve-se considerar como variáveis: (i) falante não escolarizado, (ii) falante escolarizado (CASTILHO, 2010, p. 204), pois a fala de cidadãos escolarizados é diferente da fala de cidadãos não escolarizados.

Segundo Castilho (2010), diferenciar o português culto do português popular brasileiro, um usado pelos falantes não escolarizados e o outro pelos falantes escolarizados, não é uma tarefa muito fácil, visto que ninguém usa a variante culta o tempo todo, tampouco a popular em todas as circunstâncias. Por isso, o autor afirma que “é mais frequente que usuários do PB popular não concordem o verbo com o sujeito, e mesmo assim nem sempre!” (CASTILHO, 2010, p. 205). A essa característica da fala popular, já em 1988, Camacho apresentava como tendência a redução dos ditongos nas realizações verbais do pretérito perfeito de [a N] para [u], como em /foram/ para /foru/. São, segundo Camacho (1988), fatores que condicionam tal variação o grau de escolaridade, sexo, idade do indivíduo falante.

Ao observarmos as diferenças que constituem o português culto e o português popular, Castilho (2010) coloca como fator importante considerarmos as recentes mudanças socioeconômicas no país, visto que, somente quando os brasileiros ascendem ao poder, após a independência, é que há uma variedade

considerada como culta, e que passa a ser adotada nos materiais didáticos e por todos aqueles que, em situações formais, desejassem alcançar prestígio social.

A variação geográfica é caracterizada pela diferença na pronúncia, no léxico e também diferenças semânticas, entretanto, a mais saliente é a diferença na pronúncia das palavras, que imediatamente possibilita a falantes de diferentes regiões reconhecerem a origem de seu interlocutor.

Castilho (2010) salienta:

Há uma correlação entre a região de origem dos falantes e as marcas específicas que eles vão deixando em sua produção linguística. Portugueses e brasileiros não falam do mesmo jeito. Brasileiros do Norte, do Nordeste, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul tampouco falam exatamente do mesmo jeito. (CASTILHO, 2010, p. 198)

Em Camacho (1988), encontramos menção às marcas linguísticas correlacionadas à origem do falante como determinantes na identificação ou distinção dos falantes de uma e de outra comunidade linguística.

No que tange à variação individual, Castilho (2010) afirma estar relacionada ao uso que cada indivíduo faz da língua no ato da comunicação, sendo o estilo condicionado por fatores como: contexto de maior ou menor formalidade, faixa etária de seu interlocutor, sexo, grau de intimidade.

Sobre a variação de canal, Castilho (2010) distingue duas formas de que os falantes podem valer-se para comunicar-se: a língua falada e a língua escrita. Para o autor, a língua falada é o canal pelo qual os falantes se encontram em presença "e a construção do enunciado se ressent de maneira acentuada da interação que aí se desencadeia" (CASTILHO, 2010, p. 215); assim, locutor e interlocutor são coautores do texto no processo de interação. Quanto à língua escrita, Castilho aponta dois processos constitutivos: "(1) ela é um diálogo que ocorre na ausência do interlocutor, (2) o planejamento e a execução ocorrem em momentos distintos." (CASTILHO, 2010, p. 220). Esses dois processos proporcionam ao usuário duas possibilidades: o desenvolvimento

de estratégias que compensem a ausência de seu interlocutor, que só terá contato com o texto em um momento posterior, e a possibilidade de dispor de mais tempo para o planejamento, poder corrigir, rever, organizar e reorganizar o texto.

A variação temática, segundo Castilho (2010), está relacionada ao assunto abordado na fala, pois, quando falamos de assuntos do dia a dia não nos preocupamos em usar a língua culta, usamos o “português corrente”; caso o tema seja um assunto especializado, como as discussões científicas, usamos o “português técnico”. Para o autor “essas variedades distinguem a linguagem do cidadão comum da linguagem dos técnicos, dos clérigos, dos políticos etc.” (CASTILHO, 2010, p. 223).

A variação histórica caracteriza-se pela mudança linguística através dos tempos, pois toda língua natural evolui constantemente, adaptando-se às necessidades de cada contexto sócio-histórico. Assim, de acordo com Ilari e Basso (2011), a mudança linguística não se restringe às diferenças entre as falas de diferentes gerações, mas também está condicionada a fatores linguísticos internos, como fatores: morfológico, sintático, lexical. Camacho (1988) já afirmava ser preciso observar dois estados sucessivos da língua para que se perceba a variação histórica.

Análise do *corpus*

No início do século XX, as mudanças socioeconômicas e mesmo culturais por que passou a sociedade brasileira, refletiram no contexto educacional, as concepções de mundo e sociedade que passavam a vigorar levava a uma nova organização do sistema escolar. Com vistas a essas transformações, podemos destacar como importantes medidas educacionais que diretamente refletiram no ensino de língua portuguesa:

- a) a Reforma Francisco Campos (1937), que, inspirada pelos preceitos do escolanovismo, criticava o ensino baseado no acúmulo de conhecimentos desvinculados da realidade;
- b) a Reforma Capanema (1942), que pregava o retorno ao clássico, vernáculo e línguas clássicas, estabelecendo relação com as novas tendências baseadas no cientificismo, na formação estética, retórica, poética, moral e cívica;
- c) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024/61 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/71. Na primeira prevalecia o ensino sob os aspectos gramaticais da língua, e a segunda, que, embora pouco tenha modificada a visão de ensino de português em relação à primeira, apresenta um núcleo comum de ensino, e a língua portuguesa passa a ser denominada *Comunicação e Expressão*.

Quanto à Reforma Francisco Campos, vale destacar que a lei estabeleceu a divisão definitiva do currículo em dois ciclos seriados, Fundamental e Complementar, e a conclusão de ambos como critério para o ingresso no curso superior.

A Reforma Capanema, segundo Pereira (s.d.), reforçou a tradição do ensino de língua portuguesa com o objetivo patriótico-nacionalista, no qual o ensino de português preconizava a leitura de textos literários dos bons escritores portugueses, considerados modelos de bom uso da língua portuguesa.

Rocha Lima, autor da *Gramática normativa da língua portuguesa*, demonstra em seu trabalho reflexos do pensamento intelectual da época, visto que apresenta a gramática como um meio para aprender as regras de bom uso com os autores consagrados na literatura.

Dessa forma, observamos na *Gramática normativa da língua portuguesa* de Rocha Lima (1974), a preconização pela língua literária como modelo de "bom uso da língua", pois o autor afirma que, embora tenham sido feitas

algumas atualizações para a nova edição da gramática, a língua literária ainda é “matéria de bom uso da língua”. Ressaltemos que a primeira edição data do ano de 1957, período em que os novos estudos linguísticos ainda não haviam sido divulgados no Brasil.

Rocha Lima (1974), afirma, então, que:

(...) cabe, a propósito, uma observação importantíssima, que vem assim à guisa de pôr os pontos nos *is*: a de que, em matéria de **bom uso da língua literária**, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática Normativa* são confirmados, em sua quase totalidade, pela lição dos prosadores e poetas de hoje – em o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas **verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático**. (ROCHA LIMA, 1974, p. XIV) – (Grifo nosso)

O autor demonstra, com essas palavras, uma visão de língua ideal, apresentada, segundo estudiosos como Fávero (1996), pelos primeiros gramáticos da língua portuguesa. De acordo com a autora, a gramática era uma forma de colocar os modelos literários à sociedade, por meio de exposição de exemplos de uso da língua baseados em passagens de textos clássicos.

A concepção que prevalece nesse tipo de gramática é de *linguagem como expressão do pensamento*, pois preconiza o ensino da estrutura da língua como meio de chegar ao pensamento lógico, exteriorizando o pensamento. Rocha Lima apresenta em sua obra exemplos que expõem regras de bom uso da língua, fato este que confirma o exposto por Perfeito (2005) a respeito dos métodos de transmissão das normas por meio de conceitos, classificações, exemplos, seguindo as prescrições teórico-normativas.

10. ANÁFORA

Anáfora é a repetição da mesma palavra no começo de cada um dos membros da frase.

Exemplo:

(...) **Eis um admirável exemplo de Rui:**

“Ei-la aí a cólera santa! Eis a ira divina!

Quem, senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blasfemo, o profanador, o simoníaco? *quem, senão ela*, exterminar da ciência, o apedeuta, o plagiário, o charlatão? *quem, senão ela*, banir da

sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? *quem, senão ela*, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? *quem, senão ela*, precipitar do governo o negociismo, a prostituição política, ou a tirania? *quem, senão ela*, arrancar a defesa da pátria à cobardia, à inconfidência, ou à traição? *quem, senão ela, ela* a cólera do celeste inimigo dos vendilhões e dos hipócritas? a cólera do justo, crucifixo entre ladrões? a cólera do Verbo da verdade, negado pelo poder da mentira? a cólera da santidade suprema, justificada pela mais sacrílega das opressões?”. (ROCHA LIMA, 1974, p. 473) – (grifo, em negrito, nosso)

Para Rocha Lima (1974): “a língua é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício entre os homens” (ROCHA LIMA, 1974, p. 4), reflexo das visões que permeavam o contexto intelectual da época da primeira edição da gramática de Rocha Lima, 1957. Porém, podemos confirmar, a partir dessas colocações, a influência do pensamento estruturalista, que para Saussure, de acordo com Perfeito (2005), estabelecia a língua como um sistema de signos, e a gramática como um conjunto de regras que deve ser seguido.

Entretanto, é importante destacar que o autor faz considerações sobre o caráter social da língua, bem como do uso individual que cada falante faz da mesma, pois segundo Rocha Lima:

Ao assenhorear-se dos recursos da língua, cada indivíduo, **culto ou ignorante**, a executa à sua maneira, de acordo com a sua feição, com seu temperamento: um espantoso, verbalista, ama a riqueza das imagens, a veemência das antíteses, a audácia dos adjetivos extravagantes; outro é sóbrio, cheio de delicadeza e pudor; prefere o desataviado da expressão direta, a singeleza de um vocabulário comum.

A contribuição pessoa do indivíduo, manifesta na seleção, por ele feita, dos recursos que a língua subministra, é o que se chama, em sentido lato-ESTILO, que Sêneca já havia definido como “espelho da alma”.

Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade – a preservação histórica do seu *gênio*, da sua *índole*, à qual se hão de adaptar todas as particularizações. (ROCHA LIMA, 1974, p. 4) – (grifos em negrito – nossos; em itálico – do autor)

Constatamos que o reconhecimento da variedade da língua é apenas uma forma discreta de valorizar e preservar sua pureza, pois ao mesmo tempo em que o autor reconhece a existência da “variedade na unidade”, coloca todas as variedades como “particularizações”, que deverão se adaptar à língua pura, ao “sistema uno e íntegro”, visto que a língua “se desfigura”.

Cabe ressaltar que o autor também considera a variação geográfica e a variação social: “os aspectos *regionais* de uma língua, que apresentam entre si traços linguísticos fundamentais (...).”; “os aspectos *grupais* nascidos por imposição da solidariedade que congrega os indivíduos da mesma esfera social, enlaçados por interesses comuns, ou pelas exigências da mesma profissão” (ROCHA LIMA, 1974, p. 05).

No que concerne à definição de gramática, Rocha Lima apresenta apenas o conceito de Gramática Normativa, que para o autor:

É uma disciplina, didática por **excelência**, que tem por finalidade codificar o “uso idiomático”, dele induzido, por classificação e sistematização, as *normas* que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta.

(...)

Fundamentam-se as regras da Gramática Normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o uso idiomático estabilizou e consagrou. (ROCHA LIMA, 1974, p. 05-06)

É importante destacar dois pontos que Rocha Lima comenta: a) a gramática normativa com o objetivo de codificar as normas de determinada época; b) e a fundamentação das regras nos autores clássicos que “espelham” o uso consagrado do idioma. Nesses apontamentos, fica evidente o ideal de preservação de uma língua, embora tenha assumido a possibilidade de mudança segundo condicionantes externos, o autor afirma que a língua deve ser aprendida a partir do estudo dos textos de autores clássicos, que sabem como usar bem a língua.

Quanto ao conceito de gramática, vale trazer os apontamentos feitos por Travaglia (2009), que afirma existirem pelo menos três conceitos: o

apresentado por Rocha Lima, no qual a gramática é um conjunto de regras de bem falar e escrever; a gramática descritiva, a qual faz uma descrição da estrutura e do funcionamento da língua em uso; a gramática internalizada, a qual está relacionada com o saber linguístico de que dispõe o falante.

Contatamos, diante do exposto, que Rocha Lima (1974), apesar de fazer menção à variabilidade da língua, prevalece em sua obra a concepção de linguagem como expressão do pensamento, uma vez que apresenta a língua como recursos a serem dominados por todos, para que seja possível o bom uso da língua, reconhece que o contexto pode influenciar, entretanto deve privilegiar a língua usada pelos grandes escritores, visto que eles, em suas produções dão continuidade às “formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático”.

Quanto à reflexão sobre as funções exercidas pelas classes de palavras na escrita selecionamos o capítulo 18, no qual o autor apresenta o “emprego do substantivo” e o capítulo 33, no qual são apresentadas as “outras figuras de linguagem”.

No capítulo 18, são apresentadas as funções que um substantivo pode desempenhar em uma frase, sempre a partir de trechos de autores consagrados como: Machado de Assis, Olavo Bilac, Camões. Ressaltemos que, dessa forma, os exemplos tornam-se mais concretos, e condizem com a visão de que a verdadeira língua é aquela apresentada pelos grandes escritores, verdadeiros sabedores do “bom uso” da língua portuguesa, em toda a sua excelência.

No capítulo 32, destacamos a definição de *figuras de linguagem* apresentada pelo autor:

Figuras de linguagem são certas maneiras de dizer que expressam o pensamento ou o sentimento com energia e colorido, a serviço das intenções estéticas de que as usa.
Trata-se de recursos naturais da linguagem, que os escritores aproveitam para comunicar ao estilo vivacidade e beleza. (ROCHA LIMA, 1974, p. 460)

Observamos que mesmo quando há a possibilidade de apresentar a língua como dinâmica e variável, o autor prende-se a conceitos cristalizados pela gramática prescritiva, atendo-se à escrita, não abrindo espaço para a reflexão sobre os usos da língua oral, esta visão, conforme afirma Faraco (2005), as culturas que têm por tradição a escrita, encontram maior dificuldade em assumir que a língua muda com o passar do tempo, fixando-se assim na transmissão de conceitos preconizados pela tradição gramatical.

Verificamos, também, que o autor condena usos correntes da língua ao definir a figura de construção pleonasma, que segundo o autor:

é o emprego de palavras desnecessárias ao sentido.
Há o pleonasma grosseiro, decorrente da **ignorância** da significação das palavras (*hemorragia de sangue, subir para cima*), e o literário, que serve à ênfase, ao vigor da expressão:

“era véspera de Natal, as horas passavam, ele devia de querer estar ao lado de ia-Dijina, em sua casa deles dois, da outra banda, na Lapa-Laje.”

(Guimarães Rosa) – (ROCHA LIMA, 1974, p. 471) (negrito – grifo nosso)

O exemplo demonstra que Rocha Lima considera como valiosas apenas as repetições presentes nos clássicos literários, não valorizando como recurso expressivo as repetições daqueles que, segundo o autor, são “ignorantes da significação”, e, portanto, subentende-se, que não sabem fazer bom uso da língua, como os grandes escritores o sabem.

Ao estabelecer um paralelo com o proposto pelos PCN (1998), documento que orienta o trabalho com a língua portuguesa atualmente no Brasil, confirmamos a hipótese de que no início do século XIX, a concepção de linguagem que prevalecia é a de linguagem como expressão do pensamento, contrapondo-se ao que hoje se propõe, visto que, segundo as atuais orientações, o trabalho deve privilegiar a linguagem como interação, possibilitando aos alunos a oportunidade de refletir sobre as diversas situações

de interação e a adequação da língua a cada uma delas, privilegiando atividades nas quais o aluno seja agente do processo comunicativo e não apenas reprodutor de modelos estabelecidos e cristalizados.

Algumas considerações

Neste esboço do que pretendemos ao final da pesquisa, foi possível verificar que, embora os estudos linguísticos desenvolvidos no início do século XX tenham sido referenciados na introdução da 17ª edição da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Rocha Lima (1974), não se pôde constatar tal influência nos capítulos destinados ao estudo da língua, visto que a gramática mantém a divisão estabelecida ainda nas gramáticas latinas, apresentando definições, classificações e modelos de bom uso retirados de textos literários clássicos, principalmente nacional.

Quanto às concepções de linguagem, constatamos a manutenção de um ideal de língua, excluindo de seu escopo a variação a que a língua está sujeita no tempo e no espaço. Nessa visão a linguagem é a exteriorização do pensamento. A gramática centra-se na exposição de regras a serem seguidas pelos usuários da língua que desejam se expressar bem, ou seja, linguagem como expressão do pensamento.

Quando da publicação da obra, a visão de língua fixava-se na homogeneidade, não havia consideração da língua como heterogênea, variável e sócio-historicamente heterogênea, como proposto hoje pelos documentos oficiais que orientam o ensino de língua portuguesa, privilegiava-se apenas a variedade considerada culta e usada pela elite.

Embora muitos estudos já viessem há anos demonstrando o caráter heterogêneo da língua, e a influência de fatores extralinguísticos na língua, excluindo qualquer uso que fugisse a essa visão homogênea, a *Gramática normativa da língua português* de Rocha Lima manteve-se fiel aos preceitos tradicionais de ensino de língua materna.

Referências

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Ltda, 1984. Col. Nova Universidade: Linguística.

CAMACHO, Roberto Gomes. *A variação lingüística*. In: SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para os 1º e 2º graus: coletânea de textos. São Paulo: SE/CENP, 1988. v. 1. p. 29-41.

CASAGRANDE, Nancy dos S. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo: EDUC, 2005.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós*. In BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.

GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 2. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos – a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala a língua que se ensina*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. Col. Repensando a língua portuguesa.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2000.

PEREIRA, Rosimeri da Silva. *As reformas educacionais do século XX e a disciplina língua portuguesa – entre o ensino clássico e o moderno*. (s.d). Disponível em: histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 29/11/2012.

PERFEITO, Alba Maria. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: SANTOS A. R.; RITTER, L. C. B. (org.) *Concepções de linguagem e ensino*. Maringá: EDUEM, 2005. (Formação do professor. EAD 18). v. 1, p. 27-79.

_____. *Concepções de linguagem e análise linguística: diagnóstico para propostas de intervenção*. In: Congresso latino-americano sobre formação de professores de línguas, 1., Florianópolis, 2007. Anais... Florianópolis, UFSC, 2007. p. 824-836.

PERFEITO, Alba Maria; Cecilio, Sandra Regina; Costa-Hübes Terezinha da Conceição. *Leitura e análise linguística: diagnóstico e proposta de intervenção*. In: Acta Sci. Human Soc. Sci. Maringá, v. 29, n. 2., p. 137-149, 2007.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1974.

SALOMÃO, Ana Cristina Biondo. *Variação e mudança linguística: panorama e perspectiva da sociolinguística variacionista no Brasil*. Florianópolis: Fórum linguístico, 2011. v. 8. n. 2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2011v8n2p187>, acesso em 12/02/2013.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.